

OPINIÃO SOCIALISTA



Nº 540

De 10 a 23 de agosto
de 2017

Ano 20

CONTRIBUIÇÃO
R\$2



(11) 9.4101-1917



PSTU Nacional



www.pstu.org.br



@pstu



Portal do PSTU



LIT-QI
Liga Internacional dos Trabalhadores
Quarta Internacional

FORA TODOS ELES!



ESSA QUADRILHA BATE CARTEIRA DE TRABALHO E QUER ROUBAR SUA APOSENTADORIA

Veja por que Temer não caiu e o que temos que fazer pra impedir que roubem nossos direitos. Páginas 7, 8 e 9



INTERNACIONAL

Para onde vai a Venezuela

PÁGINAS 10 E 11

MOVIMENTO

Vem aí o 3º Congresso da CSP-Conlutas

PÁGINAS 4 E 5

100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

Como os bolcheviques prepararam a insurreição

PÁGINAS 12 E 13

páginadois

CHARGE



Temer é um homem decente, preparado, transparente, e nós vamos votar para a oposição chorar hoje aqui

WLADIMIR COSTA (SD-PA), o deputado que tatuou Temer no braço. O deputado passou a sessão pedindo nudes no WhatsApp.

CAÇA-PALAVRAS

De onde vem a maioria dos refugiados no Brasil

R D C P A Q U I S T A O I C I
Ê J Ü S H Í N Ã R O N N S C D
H G O Á B F Z Ü À G Ê B Ê Ò Ú
V E N E Z U E L A M U É M H Ó
S P Ò Ã V B Á Â Ó G Q É N À J
Á Õ P H G N T W P X À E Ò Ô Ê
D C X Õ Í D Ú B A N G O L A À
À S K V Ç Ò H E L Ò G Í E V Â
J I Ó D T Â Á Ó E K J W X Ò À
K R R O À P G Ó S Q Q Z Ç Ô Ú
T I Í G A L Ê É T À G H G C J
Õ A Y Ô A S B J I H Ó Ã F G O
F P É I X Y C O N G O Á M H H
H Ò Ê A C P M I A I G Í Z Ç À
A ã Ç O Í Â R J Ü L Â A L V Z

RESPOSTA: Síria, Congo, Paquistão, Palestina, Angola, Venezuela

Processo da Samarco é interrompido

O processo criminal sobre o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), foi suspenso pela Justiça Federal após pedido da defesa de ex-diretores da Samarco, que querem anular a ação. A ruptura da barragem, em 5 de novembro de 2015, foi a maior tragédia ambiental do país e matou 19 pessoas. No processo, a Samarco e suas donas, a Vale e a anglo-australiana BHP Billiton, e 21 pessoas são acusadas de homicídio com dolo eventual pelas mortes no desastre. A tramitação do processo, que foi aceito em



Um dos maiores desastres ambientais do mundo prestes a ficar impune

novembro de 2016, está paralisada há um mês. A defesa dos diretores da Samarco alega que houve uso de provas ilegais por meio de ligações grampeadas sem o consentimento da Justiça. Contudo, a promotoria diz que nenhuma gravação foi usada no processo. “O processo poderá ser

anulado desde o início”, disse o juiz Jaques de Queiroz Ferreira, da comarca de Ponte Nova (MG), onde a ação tramita. Trata-se de mais uma artimanha da Vale, BHP Billiton, Samarco e VogBR para escapar impune de um crime que é de total responsabilidade dessas empresas.

“Comer esfiha na barraca do Mohamed”

Um refugiado sírio foi vítima de um ataque xenófobo e racista em Copacabana, Zona Sul do Rio. Mohamed Ali, de 33 anos, que vende esfihas, foi atacado por outros ambulantes que mandaram ele voltar para a Síria. “Eu sou brasileiro e estou vendo meu país ser invadido por esses homens-bomba que mataram crianças, adolescentes. São miseráveis. Vamos expulsar ele!”, disse um



Mohamed que foi agredido e hostilizado em sua tenda onde vende suas esfirras

homem alucinado enquanto uma mulher gritava: “mas ele é trabalhador também”. O momento foi capturado por um

vídeo que viralizou nas redes sociais. Mais tarde, Mohamed escreveu num site a sua história. Ele está há três anos no Brasil e veio como refugiado da guerra Síria. Desde então, Mohamed não parou de receber o apoio dos moradores da região. O evento “Comer esfiha na barraca do Mohamed” foi criado do Facebook, e centenas confirmaram a participação. Racistas e xenófobos não passaram!

LANÇAMENTO



HISTÓRIA E INTERNACIONALISMO DA ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES
De Carin Sanches de Moraes, João Elias Nery e Carlos Bauer

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) é um dos esforços político-pedagógicos mais interessantes e criativos da história social da educação brasileira. O livro busca compreender a trajetória da ENFF, criada a partir da iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e de movimentos sociais e militantes políticos. O seu objetivo foi compreender a dimensão internacionalista da ENFF e identificar as motivações que levaram à sua criação, como também descrever alguns dos principais aspectos do projeto pedagógico.



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 – Atividade Principal 91.92-8-00

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb 14.555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido, Romerito Pontes

DIAGRAMAÇÃO Romerito Pontes e Victor Bud

IMPRESSÃO Gráfica Mar Mar

CONTATO

FALE CONOSCO VIA

WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

opinio@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925, Bela Vista
São Paulo (SP) – CEP 01313-000



NOSSAS SEDES

NACIONAL

Av. 9 de Julho, Nº 925
Bela Vista - São Paulo (SP)
CEP 01313-000 | Tel. (11) 5581-5776
www.pstu.org.br
www.litci.org
pstu@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ | Tel. (82) 9.8827-8024

AMAPÁ

MACAPÁ | Av. Alexandre Ferreira da Silva, Nº 2054. Novo Horizonte
Tel. (96) 9.9180-5870

AMAZONAS

MANAUS | R. Manicoré, Nº 34.
Cachoeirinha. CEP 69065-100
Tel. (92) 9.9114-8251

BAHIA

ALAGOINHAS | R. Dr. João Dantas, Nº 21. Santa Terezinha
Tel. (75) 9.9130-7207

ITABUNA | Tel. (73) 9.9196-6522
(73) 9.8861-3033

SALVADOR | (71) 9.9133-7114
www.facebook.com/pstubahia

CEARÁ

FORTALEZA | (85) 9772-4701

IGUATU | R. Ézio Amaral, Nº 27.
Jardim Iguatu. Tel. (88) 9.9713-0529

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA | SCS Quadra 6, Bloco A, Ed. Carioca, sala 215, Asa Sul.
Tel. (61) 3226.1016 / (61) 9.8266-0255
(61) 9.9619-3323

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA | Tel. (27) 9.9876-3716
(27) 9.8158-3498
pstuvitoria@gmail.com

GOIÁS

GOIÂNIA | Tel. (62) 3278.2251
(62) 9.9977-7358

MARANHÃO

SÃO LUÍS | R. dos Prazeres, Nº 379. Centro
(98) 9.8847-4701

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE | R. Brasília, Nº 581
Bairro Tiradentes.
Tel. (67) 9.9989-2345 / (67) 9.9213-8528

TRÊS LAGOAS | R. Paranaíba, Nº 2350.
Primaveril
Tel. (67) 3521.5864 / (67) 9.9160-3028
(67) 9.8115-1395

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE | R. dos Goitacazes, Nº 103, sala 1604. Centro.
CEP: 30190-910
Tel. (31) 3879-1817 / (31) 8482-6693
pstubh@gmail.com

CONGONHAS | R. Magalhães Pinto, Nº 26A. Centro.
www.facebook.com/pstucongonhasmg

CONTAGEM | Tel. (31) 9.8482-6693

ITAJUBÁ | R. Rennó Junior, Nº 88. Medicina.
Tel. (35) 9.8405-0010

JUIZ DE FORA | Av. Barão do Rio Branco, Nº 1310. Centro (ao lado do Hemominas)
Tel. (32) 9.8412-7554
pstu16juizdefora@gmail.com

MARIANA | R. Monsenhor Horta, Nº 50A, Rosário.
www.facebook.com/pstu.mariana.mg

MONTE CARMELO | Av. Dona Clara, Nº 238, Apto. 01, Sala 3. Centro.
Tel. (34) 9.9935-4265 / (34) 9.927.5971

PATROCÍNIO | R. Quintiliano Alves, Nº 575. Centro.
Tel. (34) 3832-4436 / (34) 9.8806-3113

SÃO JOÃO DEL REI | R. Dr. Jorge Bolcherville, Nº 117 A. Matosinhos.
Tel. (32) 8849-4097
pstusjdr@yahoo.com.br

UBERABA | R. Tristão de Castro, Nº 127. Centro.
Tel. (34) 3312-5629 / (34) 9.9995-5499

UBERLÂNDIA | R. Prof. Benedito Marra da Fonseca, Nº 558 (frente).
Luizote de Freitas.
Tel. (34) 3214.0858 / (34) 9.9294-4324

PARÁ

BELÉM (Ananindeua e Marituba) | Tel. (91) 9.8160-7579

BELÉM (Augusto Montenegro) | Alameda 02, Quadra 141, Nº 35.
Parque Verde. Tel. (91) 9.8209-6628

BELÉM (Centro) | Travessa 9 de janeiro, Nº 1800. Cremação. Tel. (91) 9.8309-8218

PARAÍBA

JOÃO PESSOA | Av. Apolônio Nobrega, Nº 117. Castelo Branco
Tel. (83) 3243-6016

PARANÁ

CURITIBA | Tel. (44) 9.9951-1604

MARINGÁ | Tel. (41) 9.9668-3079

PERNAMBUCO

REFICE | R. do Sossego, Nº 220, Térreo.
Boa Vista. Tel: (81) 3039.2549

PIAUI

TERESINA | R. Desembargador Freitas, Nº 1849. Centro.
www.pstupiaui.blogspot.com

RIO DE JANEIRO

CAMPOS | Tel. (22) 9.8116-7984

DUQUE DE CAXIAS | Av. Brigadeiro Lima e Silva, Nº 2048, sala 404. Centro.
Tel. (21) 9.6942-7679

MACAÉ | R. Barros Júnior, Nº 546.
Centro. Tel. (22) 9.8260-1628

MADUREIRA | Tel. (21) 9.8260-8649

NITERÓI | Av. Amaral Peixoto, Nº 55, sala 1001. Centro. Tel. (21) 9.8249-9991

NOVA FRIBURGO | R. Guarani, Nº 61.
Centro. Tel. (22) 9.9795-1616

NOVA IGUAÇU | R. Barros Júnior, Nº 546.
Centro. Tel. (21) 9.6942-7679

RIO DE JANEIRO | R. da Lapa, Nº 180.
Centro. Tel. (21) 2232.9458
riodejaneiro@pstu.org.br
www.rio.pstu.org.br

SÃO GONÇALO | R. Valdemar José Ribeiro, Nº 1 07, casa 8. Alcântara.

VOLTA REDONDA | R. Neme Felipe, Nº 43, sala 202. Atterrado.
Tel. (24) 9.9816-8304

RIO GRANDE DO NORTE

MOSSORÓ | R/ Dr. Amaury, Nº 72. Alto de São Manuel. Tel. (84) 9-8809.4216

NATAL | R. Princesa Isabel, Nº 749.
Cidade Alta. Tel. (84) 2020-1290
(84) 9.8783-3547 [Oi]
(84) 9.9801-7130 [Tim]

RIO GRANDE DO SUL

ALVORADA | Tel. (51) 9.9267-8817

GRAVATÁ | Tel. (51) 9.8560-1842

PASSO FUNDO | Av. Presidente Vargas, Nº 432, Sala 20 B. Tel. (54) 9.9993-7180
pstupassofundo16@gmail.com

PORTO ALEGRE | R. Luis Afonso, Nº 743.
Cidade Baixa. Tel. (51) 3024-3486
(51) 3024-3409 / (51) 9871.8965
pstugauchoblogspot.com

SANTA CRUZ DO SUL | Tel. (51) 9.9807-1722

SANTA MARIA | (55) 9.9925-1917
pstusm@gmail.com

RORAIMA

BOA VISTA | Tel. (95) 9.9169-3557

SANTA CATARINA

BLUMENAU | Tel. (47) 9.8726-4586

CRICIÚMA | Tel. (48) 9.9614-8489

FLORIANÓPOLIS | R. Monsenhor Topp, Nº 17, 2º andar. Centro.
Tel: (48) 3225-6831 / (48) 9611-6073
florianopolispstu@gmail.com

JOINVILLE | Tel. (47) 9.9933-0393
pstujoinville@gmail.com;
www.facebook.com/pstujoinville

SÃO PAULO

ABC | R. Odeon, Nº 19. Centro (atrás do Term. Ferrazópolis). Tel. (11) 4317-4216
(11) 9.6733-9936

BAURU | R. 1º de Agosto, Nº 447, sala 503D. Centro. Tel. (14) 9.9107-1272

CAMPINAS | Av. Armando Mário Tozzi, Nº 205. Jd. Metanópolis.
Tel. (19) 9.8270-1377
www.facebook.com/pstucampinas;
www.pstucampinas.org.br

GUARULHOS | Tel. (11) 9.7437-3871

MARÍLIA | Tel. (14) 9.8808-0372

OSASCO | Tel. (11) 9.9899-2131

SANTOS | R. Silva Jardim, Nº 343, sala 23. Vila Matias.
Tel. (13) 9.8188-8057 / (11) 9.6607-8117

SÃO PAULO (Centro) | Praça da Sé, Nº 31. Centro. Tel. (11) 3313-5604

SÃO PAULO (Leste) | R. Henrique de Paula França, Nº 136. São Miguel Paulista

SÃO PAULO (Oeste - Lapa) | R. Alves Branco, Nº 65. Tel. (11) 9.8688.7358

SÃO PAULO (Oeste - Brasília) | R. Paulo Garcia Aquilino, Nº 201.
Tel. (11) 9.5435-6515

SÃO PAULO (Sul - Capão Redondo) | R. Miguel Auza, Nº 59. Tel: (11) 9.4041-2992

SÃO PAULO (Sul - Grajaú) | R. Louis Daquin, Nº 32.

SÃO CARLOS | Tel. (16) 9.9712-7367

S. JOSÉ DO RIO PRETO | Tel. (16) 9.8152-9826

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS | R. Romeu Carnevalli, Nº 63, Piso 1. Bela Vista.
(12) 4931-2845 / pstusjc@uol.com.br

SERGIPE

ARACAJU | R. Propriá, Nº 479. Centro.
CEP 49010-020. Tel. (79) 3251-3530
(79) 9.9919-5038

Um projeto para enfrentar a guerra social e a rapina do país

Encastelados no poder, Temer, o Congresso e os juízes estão cada dia mais separados dos trabalhadores e da maioria do povo por um abismo sem fim.

Engana-se quem confia em aparências e acredita que há apatia na classe operária e no povo. Ninguém pode prever qual será a gota de água que pode fazer transbordar o copo. A Greve Geral de 28 de abril foi só um apito da panela de pressão.

Temer impediu a votação de sua denúncia na Câmara com compra de deputados e ajuda da oposição. “Diretas já” só da boca para fora. O PT se mostrou favorável ao fica Temer. Para o PT, é melhor que Temer fique até 2018, aprove as reformas, faça as privatizações e seja vitorioso na operação salva-corruptos.

É por isso que Lula declarou que não vai desfazer as reformas que Temer fizer. É por não ter um projeto para o país diferente e contrário ao que exige o

mercado que o PT e as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo orientam e veem com naturalidade que a cúpula da CUT puxe o tapete de Greve Geral e negocie a reforma trabalhista.

A cúpula da Força Sindical também está nesse acordo, pois o partido Solidariedade, do deputado Paulinho da Força, é da base de sustentação de Temer no Congresso. Essa gente que segura Temer é a mesma que, na maior cara de pau, joga a culpa no povo.

Os capitalistas internacionais (imperialismo) e seus sócios menores, os capitalistas brasileiros (banqueiros, grandes empresários e latifundiários) têm como projeto para sair da crise roubar as riquezas do país e aumentar a exploração dos trabalhadores para aumentar seus lucros.

O projeto deles entrega ainda mais o país às multinacionais. Transfere para banqueiros e donos dos títulos da dívida do governo metade de tudo o que o

país arrecada. Aumenta a taxa de lucro das empresas com desemprego, reformas, terceirizações e diminuição de salários.

Para enfrentar essa guerra social e defender a soberania do país, precisamos ir à luta unificados. A greve geral continua sendo necessária.

Precisamos também de um projeto oposto ao projeto dos capitalistas. É preciso parar de pagar a dívida aos banqueiros. Anular as reformas de Temer, Dilma, Lula, FHC. Expropriar e estatizar, sob controle dos trabalhadores, as empresas envolvidas em corrupção e as empresas que devem mais de R\$ 545 bilhões em PIS e Confins para a Seguridade Social e outros R\$ 426 bilhões à Previdência. Estatizar o sistema financeiro.

Para aplicar esse projeto, precisamos de um governo socialista dos trabalhadores, que governe por Conselhos Populares e faça, de verdade, com que os capitalistas paguem pela crise.

PARTIDO

PSTU realiza o seu 9º Congresso

Entre 24 e 30 de julho, aconteceu o 9º Congresso do PSTU em Jacaréi (SP). Foram dias de intensos trabalhos, em que as discussão e votações se combinaram com trabalhos em comissões. Além das votações dos documentos apresentados, foi dedicado um tempo à votação de resoluções, parte delas construídas pelos delegados e delegadas durante o próprio congresso.

Houve a participação de uma expressiva delegação internacional de partidos da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI), da Argentina, Honduras, Itália, Costa Rica, Colômbia. Os trabalhos começaram pelo debate sobre situação internacional, com ênfase na situação latino-americana e na crise venezuelana.

O debate sobre situação nacional foi marcado pela compreensão da natureza da crise que vive o Brasil, o balanço das recentes mobi-

lizações dos trabalhadores contra Temer e as perspectivas de continuidade da luta contra as reformas. Foi um ponto vivo, marcado pela experiência concreta dos delegados na organização da greve geral e na construção dos comitês em bairros, locais de trabalho e escolas, na luta para ter os operários e o povo no poder. Refletiu-se, ainda, na discussão sobre como o aprofundamento da crise capitalista atinge os setores oprimidos, o povo negro, as LGBTs e as mulheres.

Um dos pontos mais importantes foi a abertura do debate sobre atualização do programa do partido. As profundas transformações na realidade mundial e brasileira desde que votamos o programa do partido na sua fundação (1994) nos coloca esse importante desafio. Foi apreciado um primeiro texto, que foi votado como base para seguir a discussão. O texto será publicado na

revista Marxismo Vivo junto com outras contribuições sobre o tema.

O congresso expressou um partido vivo, fortalecido politicamente, tanto pela sua intervenção na luta dos trabalhadores quanto pelo balanço da luta na construção de uma alternativa independente que não capitule a nenhum dos setores burgueses que tentam reeditar os governos de conciliação de classes do PT.

Depois de vários meses de discussão em núcleos e plenárias, o congresso é a expressão máxima de nossa democracia, votando as diretrizes que centralizarão nossa intervenção no próximo ano, elegendo uma direção para colocá-las em prática. Saímos mais fortes e convictos da necessidade da construção de uma ferramenta de luta contra a barbárie capitalista e pela revolução socialista brasileira e mundial.

Venha para o PSTU!

Vem aí o Congresso Nacional

PAULO BARELA
DA CSP-CONLUTAS

Com o lemas “11 anos fortalecendo a unidade sindical e popular, classista e independente”, acontecerá em Sumaré (SP), entre 12 e 15 de outubro, o 3º Congresso Nacional da CSP-Conlutas. Em homenagem aos 100 anos da Revolução Russa, o congresso também terá como lema “Outros outubros virão. Outras manhãs plenas de sol e de luz”.

O congresso será um momento para reorganizar os trabalhadores, unificar os lutadores que desejam construir uma alternativa independente e fortalecer uma ferramenta de luta alternativa às centrais burocráticas e aos governos. Vamos nos preparar para os desafios que virão.

Uma central com independência de classe



A CSP-Conlutas vem se consolidando como uma ferramenta que aglutina os trabalhadores, seja no campo, seja na cidade nos movimentos sindical e popular. Também está nas lutas estudantis e dos setores oprimidos, como de negras e negros, mulheres, LGBTs, indígenas e quilombolas.

Presente nos principais acontecimentos políticos do país, a central tem se constituído numa alternativa independente, de luta e classista, em oposição às centrais sindicais que estão traíndo os trabalhadores. O 2º Congresso da Central, em 2015, teve como uma de suas principais resoluções um manifesto pela greve geral. Desde então, houve um aprofundando da crise econômica e política, com lu-

tas da classe operária, queda de Dilma, ascensão de Temer e ruptura da confiança dos trabalhadores com a alternativa petista.

Coerente com seu programa contra a conciliação entre a classe trabalhadora e os patrões, a CSP-Conlutas sempre buscou construir um campo de lutas independente. Por isso, não se incorporou aos atos pró-Dilma das frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, junto com CUT, PT e PCdoB. Muito menos aos atos chamados pela direita tradicional (MBL, PSDB). Ao mesmo tempo, buscou a unidade de ação nas lutas para enfrentar os ataques dos governos, exigindo das centrais a convocação de uma greve geral para enfrentar a crise e colocar a classe trabalhadora em cena.

A luta pela greve geral

A CSP-Conlutas esteve à frente do chamado à unificação das lutas e à greve geral contra as reformas da Previdência e trabalhista de Temer e do Congresso. Construiu o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, em 8 de março, marcado por grandes manifestações pelos estados. Também impulsionou o Dia Nacional de Mobilização e Paralisações, em 15 de março, e a construção da Greve Geral de 28 de abril,

quando o país parou.

O dia 24 de maio ficou marcado nas mentes dos ativistas e lutadores que estiveram na marcha nacional “Ocupe Brasília”. Foram mais de cem mil pessoas, vindas dos mais distantes rincões do país, para protestar contra as reformas de Temer. Diferentemente das demais centrais, que recuaram frente à repressão da Polícia Militar, a CSP-Conlutas, com uma coluna

organizada e disciplinada, rompeu a barreira policial e tomou a Esplanada dos Ministérios. Foram mais de quatro horas de batalha campal contra bombas de gás e de efeito moral, balas de borracha, cavalos e armas letais. Infelizmente, as cúpulas das centrais sindicais ordenou às suas colunas que recuassem, enquanto a CSP-Conlutas mantinha sua posição de defesa dos manifestantes.

Diante da traição das cúpulas das centrais, fortalecer a CSP-Conlutas

Infelizmente, depois desses importantes fatos produzidos pela classe trabalhadora, as cúpulas das centrais, especialmente da CUT, da Força Sindical e da CGT, atuaram para desmontar a nova greve geral que estava marcada para o dia 30 de junho. Ainda assim, a classe foi para a rua. Milhares pararam suas atividades e fizeram protestos, ocupações, trancamentos de vias públicas e estradas e manifestações nas periferias.

A traição das cúpulas custou a aprovação da reforma trabalhista no Congresso de corruptos em troca da negociação de uma Medida Provisória que substitui o imposto sindical por outro dispositivo compulsório de descontos nos salários dos trabalhadores, com o argumento de financiar a atividade sindical. A CSP-Conlutas é contrária a esse imposto.



da CSP-Conlutas

100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

O socialismo como horizonte

O congresso também será marcado pela comemoração dos 100 anos da Revolução Russa e sua atualidade.

A CSP-Conlutas, muito além de organizar os trabalhadores para lutar contra os planos econômicos e os governos burgueses, é uma organização que luta contra o sistema capitalista para fazer avançar a construção de uma sociedade socialista. Uma sociedade sem opressores e sem oprimidos, governada pelos trabalhadores.

SAIBA MAIS

QUER PARTICIPAR DO CONGRESSO?

Todas as entidades sindicais, oposições e minorias de direções, movimentos populares, estudantis e de luta contra opressões filiados à central podem participar do congresso. Mas atenção: devem estar em dia com a tesouraria conforme regimento aprovado na Coordenação Nacional.

DAS TAXAS E CRONOGRAMA

As taxas cobrirão as despesas de hospedagem e alimentação dos participantes durante todos os dias do congresso. Não estão incluídas despesas de deslocamento até o congresso. Essas serão de responsabilidade das entidades.

TAXAS

Entidades sindicais urbanas R\$ 1.050	Sindicatos de trabalhadores rurais R\$ 330	Minorias de entidades sindicais urbanas R\$ 800	Oposições sindicais R\$ 650	Movimentos populares R\$ 330	Movimentos estudantis e de luta contra as opressões R\$ 330
-------------------------------------------------	------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------	---------------------------------------	----------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------

CRITÉRIOS PARA ELEIÇÃO DE DELEGADOS



Organize sua entidade que já está filiada ou venha conhecer a CSP-Conlutas. Saiba como participar do congresso aqui:

<http://cspconlutas.org.br/congresso/regulamento/>



DATAS IMPORTANTES

- 10/7** – Data inicial para recebimento da inscrição de contribuições e propostas de resoluções
- 15/9** – Data limite para inscrição dos participantes das entidades sindicais e movimentos populares e pagamento das taxas
- 17/7** – Publicação de contribuições e propostas de resoluções e abertura do cadastro para inscrição das entidades
- 16 a 30/9** – Eleição dos representantes dos movimentos de luta contra as opressões e juventude (5% conforme o estatuto)
- 1º/9** – Data limite para inscrição e pagamento das taxas dos movimentos de luta contra as opressões e juventude
- 31/7 a 15/9** – Período de realização das assembleias das entidades sindicais e movimentos populares (comunicação à secretaria com pelo menos cinco dias de antecedência)
- 12 a 15/10** – 3º Congresso da CSP-Conlutas
- 11/9** – Data final para recebimento de contribuições e pro-

METALÚRGICOS

Construir uma nova greve geral

Metalúrgicos unificam lutas contra as reformas



Os principais sindicatos de metalúrgicos do país decidiram, no dia 4 de agosto, promover iniciativas conjuntas contra as reformas trabalhista e da Previdência de Temer e para fortalecer a campanha salarial da categoria agora no segundo semestre.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região e a CSP-Conlutas participaram do encontro. O presidente do sindicato, Antônio Ferreira de Barros, o Macapá, propôs a realização de um dia nacional de luta em setembro, unindo os metalúrgicos de todas as centrais sindicais. A proposta foi aprovada, e a data da mobilização deverá ser 14 de setembro.

Os metalúrgicos lutam para barrar a implementação da reforma trabalhista no setor a partir da modificação dos acordos coletivos. “Na base dos metalúrgicos, não vai ter reforma trabalhista. Vamos resistir a toda essa barbárie que o governo Temer quer cometer contra os trabalhadores. Vamos pra cima para garantir a assinatura das convenções coletivas, reivindicar a adoção do Contrato Coletivo Nacional e impedir que a reforma seja colocada em prática”, disse Macapá.

GREVE GERAL NO HORIZONTE

O dia nacional de lutas pode ser também uma referência para todos os outros setores dos trabalhadores que estão na luta contra as reformas e o ajuste fiscal.

Convocadas pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), diversas categorias do funcionalismo público se reuniram em Brasília para discutir os ataques do governo aos serviços públicos. Uma decisão importante foi a unificação da luta com outras categorias operárias, sobretudo com os metalúrgicos que vão construir o dia nacional de lutas em setembro.

Portanto, está sendo construída uma data nacional de lutas para unificar o combate às reformas. Isso coloca, novamente, a construção de uma forte greve geral no horizonte para derrotar os ataques de Temer e do Congresso. “Acreditamos que somente com a unidade e a exigência às demais centrais por uma nova greve geral é que conseguiremos barrar os ataques contra os trabalhadores e por pra fora esse governo corrupto de Temer”, pontuou Paulo Barela, da CSP-Conlutas.

CAOS

Rio de Janeiro: uma bomba prestes a explodir

RITO ROMAN,
DO RIO DE JANEIRO

O senso comum coloca, e com razão, a responsabilidade por todo o caos do estado na corrupção organizada pelo ex-governador, Sérgio Cabral (PMDB), e sua quadrilha. Porém a corrupção explica a crise apenas superficialmente. Na verdade, o modelo que sustentou a economia do Rio de Janeiro entrou em colapso. O Estado deixou de arrecadar cerca de R\$ 200 bilhões nos últimos anos por conta das isenções fiscais aos grandes empresários. Hoje, são 1,2 milhão de desempregados que engrossam os bolsões de miséria.

Quem paga imposto neste país é o povo pobre, enquanto os ricos são presenteados pelos governantes com vultuosos contratos e licitações viciadas. As obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas deixaram um enorme rombo financeiro e uma dívida social sem precedentes.

A solução encontrada pelo governador Luiz Fernando Pezão (PMDB) foi iniciar a privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae) para tomar um novo empréstimo de R\$ 3,5 bilhões com a União. Vale lembrar que as grandes empresas têm uma dívida com o Estado em torno de R\$ 66 bilhões, e não passa pela cabeça do governador cobrar de seus amigos caloteiros. O plano de ajuste teve, ainda, o aumento da alíquota da contribuição previdenciária de 11% para 14% dos salários. Os servidores, além de não receberem salários, terão de aumentar a sua contribuição.

CRISE DO PETRÓLEO

Segundo os dados do IBGE, em 2014, o Rio de Janeiro foi o maior produtor de petróleo e gás natural do Brasil. O estado

tinha 68,4% da produção de petróleo e 34,8% de gás natural. As pessoas se perguntam: como um estado tão rico em recursos naturais pode viver hoje uma de suas piores crises da história?

Primeiro, nosso petróleo foi sendo privatizado a preço de banana desde o governo Dilma, inclusive o Pré-sal, em leilões que beneficiaram multinacionais. Restaram ao estado somente os royalties, ou seja, uma pequena parte dos impostos da exploração do petróleo. Segundo, a crise internacional derrubou o preço do petróleo no mercado de US\$ 115, em 2014, para cerca de US\$ 50 atualmente, uma perda de 60% no preço.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL ASFIXIA TRABALHADORES

A falência dos estados está abalando o pacto federativo do país, ou seja, os estados não estão cumprindo as metas no que se refere ao pagamento de suas dívidas com a União. Por isso, recorrem a novos empréstimos e se comprometem a aplicar planos de ajustes, principalmente em seus gastos com pessoal.

Toda essa ciranda financeira é normatizada pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), comprometendo os estados e municípios com o pagamento do superávit primário, que é o pagamento dos juros das dívidas com credores internacionais.

#UERJRESISTE

A comunidade da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) luta para manter a universidade viva. Professores não receberam os salários de maio e junho e o 13º de 2016. Funcionários encontram-se em situação semelhante. O Conselho de Diretores suspendeu o ano letivo de 2017 por tempo indeterminado.



Protesto de servidores estaduais em frente à Alerj, na cidade do Rio de Janeiro

BARBÁRIE SOCIAL

Exército não vai acabar com a explosão da violência

A desigualdade social tem uma consequência imediata, que é uma enorme onda de violência. Por trás do discurso de “combater a bandidagem”, existe uma política de controle social para deter a revolta de pobres e negros.

Os bairros com maior violência policial estão localizados nas zonas Norte e Oeste da cidade:

Bonsucesso (Complexo da Maré); Bangu (Vila Aliança e Vila Kennedy); Santa Cruz (Favela do Rola); Costa Barros e Pavuna, entre outros. Quatro a cada cinco mortos pela polícia são negros. Dois terços têm menos de 25 anos. Desses, um a cada três é menor de idade segundo dados do Instituto de Segurança Pública entre janeiro de 2007 e junho de 2017.

A população carioca

amanheceu com o Exército nas ruas numa operação que envolve 8.500 homens das Forças Armadas, 620 integrantes da Força Nacional de Segurança, 1.120 policiais rodoviários federais, blindados, jipes e até Infantaria Paraquedista. Todo esse plano terá um custo de R\$ 2 bilhões até o fim de 2018. Enquanto isso, os pobres não têm dinheiro para comprar uma cesta básica...

O QUE FAZER?

Um programa socialista e revolucionário para crise

• Fora Temer, Pezão, Dornelles e Picciani! Fora todos eles!

• Prisão dos corruptos e corruptores e confisco de seus bens.

• As prefeituras e o governo do estado devem distribuir cestas básicas para desempregados e servidores com salário atrasado e tarifa zero para contas de luz, água e passe livre nos transportes coletivos.

• Revogação da LRF e criação de uma lei de responsabilidade social que garanta investimento

em saúde, educação, transporte e moradia popular.

• Plano emergencial financeiro para garantir o ano letivo da UERJ e pagamento imediato dos salários e bolsas atrasadas.

• Criação de uma empresa estatal de obras públicas para gerar emprego e ruptura com as empreiteiras corruptas.

• Não pagamento das dívidas interna e externa aos banqueiros nacionais e internacionais.

• Fim das UPPs e da Polícia Mi-

litar: pela unificação das forças de segurança numa polícia única civil e democrática, formada e eleita democraticamente pelas comunidades.

• Descriminalização e legalização das drogas para acabar com o tráfico.

• Expulsão das empresas privadas da saúde e da educação e investimento público nessas áreas.

• Um governo socialista dos trabalhadores, apoiado em conselhos populares.

LADRÃO SALVANDO LADRÃO

Congresso Nacional comprado salva Temer



DA REDAÇÃO

No dia 2 de agosto, o país assistiu a mais um festival de horrores protagonizado pelo Congresso Nacional. Na sessão da Câmara que impediu a investigação da denúncia de corrupção contra Temer e salvou o corrupto, teve de tudo.

Um verdadeiro balcão de negócios foi montado na Câmara para trocar emendas parlamentares e cargos por votos. Até no momento da votação a negociata rolou solta. Num momento em que o governo corta gastos, ameaça demitir servidores públicos e aumenta a gasolina, Temer liberou mais de R\$ 3 bilhões para os deputados entre junho e julho, exatamente no momento em que a denúncia contra ele foi apresentada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Um dos que mais levaram dessa grana foi o deputado Wladimir Costa, aquele que tatuou o nome de Temer no ombro, do Solidariedade (SD-PA), o partido do Paulinho da Força Sin-



dical. Segundo o site Contas Abertas, ele levou mais de R\$ 7 milhões. Outra medida de Temer para se safar foi o agrado aos latifundiários para angariar o apoio da bancada ruralista. O refinanciamento das dívidas da agroindústria deu um alívio de R\$ 7,5 bilhões nos próximos 15 anos aos produtores que estão devendo ao Funru-

ral, o INSS do campo. Depois esses canalhas vêm falar para o povo que o país precisa fazer uma reforma para acabar com um suposto déficit da Previdência. O déficit não existe. O que existe é sonegação por parte de latifundiários.

Ao final da votação, Temer conseguiu 263 votos contra 227. Eram necessários 342 para que

a denúncia de corrupção fosse analisada pelo STF.

O que o governo e seus aliados anunciam como fim da crise, porém, está muito longe da realidade. Essa vergonha de votação aumenta ainda mais o ódio dos trabalhadores e da população contra o Congresso e contra o próprio Temer. E mais denúncias devem vir por aí.

COMO TEMER COMPROU OS DEPUTADOS?

- R\$ 3 bilhões foi o que o governo deu em emendas entre junho e julho aos picaretas
- R\$ 7,5 bilhões em isenções por 15 anos para ruralistas

QUEM PAGA ESSA CONTA É VOCÊ!

- R\$ 5,9 bilhões cortados do Orçamento para garantir o ajuste fiscal e comprar deputados. Temer já havia cortado R\$ 40 bilhões
- Aumento da gasolina para arrecadar R\$ 10,4 bilhões

A CULPA É DAS DIREÇÕES

A culpa não é do povo

Após a Câmara dos Deputados ter impedido a investigação contra Temer, muita gente da própria esquerda saiu por aí culpando o povo que não foi às ruas contra o governo. Outros, ainda, retomaram a tese da onda conservadora, afirmando que a direita está na ofensiva, enquanto a classe trabalhadora não consegue sair da retranca. Será isso mesmo?

Para Temer, o importante era votar e barrar a denúncia naquele dia mesmo, porque ele já sabia que tinha os votos necessários para isso. Já a oposição,

diante do escancarado balcão de negócios montado pelo governo, poderia muito bem ter barrado a votação. Era só não registrar presença e não garantir os 342 deputados necessários para começar a sessão. É o que eles chamam de obstrução. Mas não fizeram isso.

A TRAIÇÃO DAS DIREÇÕES

A principal razão para que Temer continue lá, contudo, é o papel cumprido pelo PT, pela Frente Brasil Popular, pela Frente Povo Sem Medo e pelas cúpulas das principais centrais,

como CUT e Força Sindical.

O papel do PT na votação da denúncia de Temer, ajudando a dar o quórum no Congresso, confirma que a tal campanha “Diretas já!” é da boca para fora. Na verdade, é a campanha “Lula 2018” para desviar a greve geral contra as reformas. A negociação da reforma trabalhista pelas cúpulas da CUT, da Força e da UGT também mostra que eles sustentam esse governo e seu projeto, além da operação salva-corrupto.

Ao desmontarem a greve geral convocada para 30 de junho,

garantiram a permanência de Temer no cargo e, consequentemente, o avanço das reformas. O Brasil parou na Greve Geral do dia 28 de abril. O governo sentiu o golpe, e novas greves gerais poderiam ter derrubado Temer e derrotado as reformas trabalhista e da Previdência.

PT, CUT, Força Sindical (com Paulinho à frente) não querem tirar Temer. Isso não é só para desgastar o governo até 2018 para o PT voltar via eleições. É, principalmente, porque essa turma quer abafar as investigações sobre a corrupção

e deixar as reformas rolaem. Aliás, Lula disse, recentemente, em entrevista, que não anularia as reformas caso fosse eleito em 2018.

Nenhum deles, na verdade, defende um programa da classe trabalhadora para sair da crise. Por isso que, quando era governo, Dilma atacou direitos trabalhistas e defendeu a reforma da Previdência no momento em que a economia começou a desandar. É um cinismo muito grande dessa gente trair a luta dos trabalhadores e depois colocar a culpa no povo.

FORA TEMER! FORA TODOS ELES!

Batem sua carteira de trabalho e ainda



DA REDAÇÃO

Tão logo terminou a votação da denúncia de Temer na Câmara, o governo tentou voltar a carga contra os trabalhadores. O presidente e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, foram à imprensa dizer que agora vão votar a reforma da Previdência. O fiel escudeiro do governo, o presidente da Câmara Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que pretende botar o projeto para votar em plenário até setembro. Após aprovar a destruição dos direitos trabalhistas, o plano agora é atacar a Previdência pública e sinalizar aos banqueiros que o governo ainda tem condições de aplicar aqui o programa deles, apesar de enfraquecido.

Existe dúvida sobre o formato de reforma que será levado adiante. O governo diz que vai levar à votação o relatório aprovado pela Comissão Especial da Câmara, que prevê, entre outras medidas, a idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres. Ele sabe, contudo, que isso não vai ser fácil. Principalmente com a popularidade que tem, só comparável à do governo Sarney. A votação na Câmara para impedir a investigação de Temer também mostra que sua base parlamentar não está tão bem. Ele teve 263 votos. Para votar a reforma, são necessários 308.

Os deputados, por sua vez, temem pela reeleição em 2018. Como disse um desses picaretas à imprensa: “Ano que vem,



o povo já esqueceu que votei a favor do Temer. Mas não vai esquecer se eu votar a reforma da Previdência”. Existe, assim, uma negociação em curso para que a reforma seja amenizada. Ao invés de mudar a Constituição, a reforma seria desmembrada e votada como uma lei normal que só precisa de maioria simples no plenário.

Para impor idade mínima, é preciso mudar a Constituição, mas para elevar o tempo de contribuição, não. Assim, o gover-

no estuda aumentar o tempo de contribuição dos atuais 15 para 25 anos. Ao invés de ser uma versão menos piorada da reforma, é ainda mais prejudicial que a idade mínima, principalmente para os mais pobres. A população mais pobre, negra, as mulheres, são os que encontram mais dificuldades em conseguir emprego com carteira assinada. Sem carteira, não contribuem e terão de trabalhar ainda mais para se aposentar. Ou morrer antes disso.

QUEM

GANHA?

Guerra social contra os trabalhadores aumenta a miséria

É só andar pelas ruas para ver. A verdadeira guerra social empreendida pelo governo e os patrões contra os trabalhadores e a população está fazendo crescer a miséria a olhos vistos. A cada dia, aumenta o número de sem-teto, miseráveis, um exército de famílias sem emprego, ou renda, ou condições básicas de sobrevivência.

O desemprego recorde atinge 13,5 milhões de brasileiros nos números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), mas o desemprego real supera os 23 milhões, atingindo, sobretudo, os mais jovens. Reflexo da crise, certo? Mas os lucros dos bancos vão muito bem, obrigado. No segundo trimestre do ano, o Itaú Unibanco viu seus lucros crescerem mais de 10%, o que dá mais de R\$ 6 bilhões.

Quem viu seus rendimentos crescerem 10% este ano? Você certamente não. O trabalhador tem seus salários cada vez mais rebaixados, quando seus próprios empregos não vão para o ralo. Os bancos, por sua vez, nadam em dinheiro e ainda recebem mais benefícios do governo. Recentemente, o governo anunciou o perdão de

dívidas bilionárias de bancos como Santander e Itaú. Juntos, deviam mais de R\$ 25 bilhões em impostos.

Não são só os bancos que estão lucrando. Nesse segundo trimestre, a Embraer registrou lucro de US\$ 123 milhões.

Essa guerra social acontece, primeiro, para que banqueiros e multinacionais possam depenar ainda mais o país à custa do aumento da exploração dos trabalhadores, da pobreza e da miséria. É para isso que servem as reformas trabalhista e da Previdência, os cortes no Orçamento e o arrocho, que deixam milhares de servidores sem receber e passando fome, como acontece agora no Rio de Janeiro.

As empresas já estão dizendo que planejam demitir trabalhadores contratados para substituir por terceirizados e funcionários precarizados. Assim, reduzem o custo da mão de obra para lucrar mais. A solução do governo, do imperialismo e da burguesia é aumentar ainda mais seus lucros. Isso graças ao desemprego, à miséria e ao aumento da exploração dos trabalhadores.



ENTENDA

Reforma da Previdência (PEC: PRECISA DE 308 VOTOS)

- Idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres
- Tempo mínimo de contribuição sobe de 15 para 25 anos
- Aposentadoria integral só após 40 anos de contribuição

Plano B do governo (PROJETO DE LEI: PRECISA APENAS DE MAIORIA SIMPLES)

- Aumento do tempo mínimo de contribuição passa de 15 para 25 anos

da querem roubar sua aposentadoria

QUEM

GANHOU?

Governos do PT e Temer priorizaram o Bolsa Empresário

É muito comum ouvir por aí que o governo está quebrado por causa das aposentadorias e do Bolsa Família, que tem até deputado querendo diminuí-lo. Mas o que causa rombo mesmo é o chamado Bolsa Empresário, o conjunto de privilégios e isenções concedido aos grandes empresários e banqueiros do país.

Um levantamento feito pela Folha de S. Paulo a partir do próprio Ministério da Fazenda mostra que, de 2003 a 2016, foram dados quase R\$ 1 trilhão a banqueiros e empresários. Para os programas sociais, fo-

ram só R\$ 372 bilhões.

É difícil imaginar, na prática, o que seja esse R\$ 1 trilhão que os governos Lula, Dilma e Temer deram à burguesia nesses anos. Só para se ter uma ideia, é metade de tudo o que o governo arrecada todos os anos. Com essa grana, daria para construir 4 mil hospitais públicos. Ou fazer 5 mil quilômetros de metrô ou construir nada menos que 33 milhões de casas populares.

Achou muito? Pois isso é também o que pagamos todos os anos em juros da dívida aos banqueiros.

ENTENDA



BOLSA EMPRESÁRIO (2003-2016)

R\$ 1 trilhão

Daria para construir:

- 4 mil hospitais públicos de grande porte
- 5 mil quilômetros de metrô
- 33 milhões de casas populares (o déficit habitacional no Brasil é de 6 milhões de moradias)



BOLSA BANQUEIRO

R\$ 1 trilhão todos os anos aos banqueiros em pagamento da dívida



UNIFICAR AS LUTAS

Uma alternativa dos trabalhadores para a crise

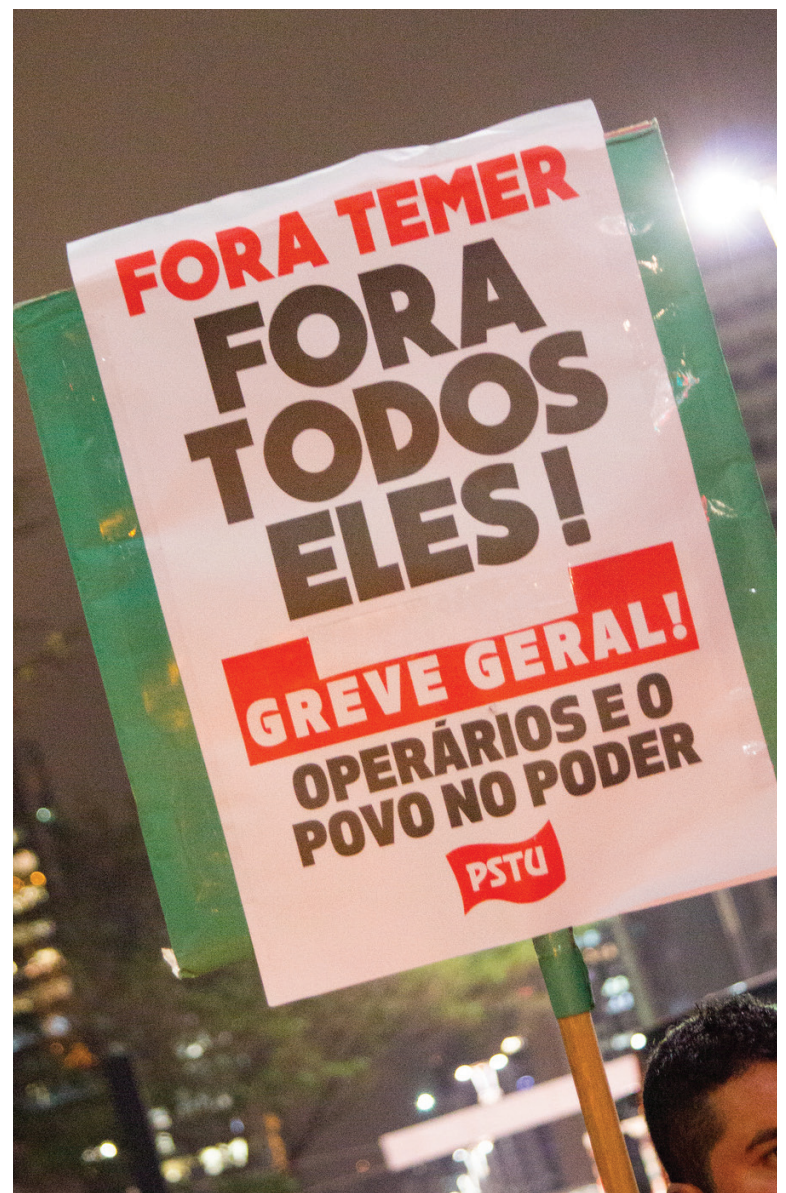
O governo Temer, Rodrigo Maia (DEM-RJ), PSDB, Fiesp e os EUA têm o mesmo projeto para a crise: aumentar o saque ao país e a exploração sobre os trabalhadores. O problema é que o PT, as centrais sindicais, como CUT e Força Sindical, não contam com um projeto diferente desse. É por isso que nenhum deles propõe enfrentar a dívida, os banqueiros e os empresários. Acabam, assim, sustentando o governo Temer.

Precisamos impedir, com mobilização e uma nova greve geral, essas reformas. Mas é preciso ir além. Temos de ter um programa nosso, dos trabalhadores, para essa crise. Um programa dos trabalhadores passa por romper com o imperialismo e parar de pagar a dívida aos banqueiros. Impedir a remessa de lucros das multinacionais, estancando essa verdadeira sangria. Daria, assim, para investir em saúde, educação, moradia e mudar para valer a vida do povo.

Passa, ainda, por expropriar, sem indenização, as empresas envolvidas nesse mar de corrupção, como a JBS e a Odebrecht, colocando-as sob controle dos trabalhadores e colocando na cadeia seus donos e diretores, confiscando todos os seus bens adquiridos em anos de roubo. Expropriar e confiscar também os bens dos donos de todas as empresas que devem ao INSS.

UM GOVERNO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES

Como fazer com que os ricos paguem pela crise? Como vimos na votação que salvou a pele de Temer, esse Congresso Nacional de bandidos, aliado a banqueiros e empresários, só



quer uma coisa: arrancar nosso couro para manter os lucros da burguesia. As coisas só vão mudar de verdade quando tirarmos todos de lá, arrancarmos na marra essa corja de corruptos e ladrões e construirmos um governo nosso, da classe trabalhadora.

As eleições nas mãos das grandes empreiteiras não vão mudar nada. Esse país precisa de uma revolução socialista que acabe com esse Estado, que só serve aos interesses da burguesia e dos grandes banqueiros internacionais, e construa um

Estado sustentado pela classe trabalhadora organizada.

A classe operária, que produz todas as riquezas de nosso país, é quem deve governar. Para isso, é preciso se organizar, construir conselhos populares nas fábricas e nos bairros pobres, que possam ser o embrião desse novo governo.

Só um governo socialista dos trabalhadores, que governe por conselhos populares, pode aplicar um programa da classe operária e trabalhadora que mude de verdade a vida da grande maioria da população.

PARA ONDE VAI?

Sete perguntas e respostas sobre a Venezuela



A resistência ao governo de Nicolás Maduro está se espalhando para todo o país e cada vez mais setores se incorporam a ela (como os setores populares de Táchira, Carabobo, Barinas, entre outros). E a única resposta dada pelo governo é aumentar a repressão. Os números são significativos: mais de 60 mortos nas mãos das forças repressivas do Estado ou grupos civis armados.

MARCOS MARGARIDO,
DE CAMPINAS (SP)

Durante as últimas décadas, o processo encaixado por Hugo Chávez na Venezuela foi defendido por uma ampla maioria da esquerda mundial. Hoje, o regime chavista está muito longe de seu auge. Há uma crise social e econômica crescente. Grandes mobilizações são reprimidas pelo governo, com dezenas de mortos. Qual é o significado desses fatos? Como e por que se chegou a essa situação? É o que tentaremos explicar aqui.



No início de 1989, o presidente recém-eleito, Carlos

Andrés Pérez, impôs um pacote econômico e um aumento de 100% no preço da gasolina para compensar a perda da receita de exportação do petróleo devido à queda dos preços no mercado internacional.

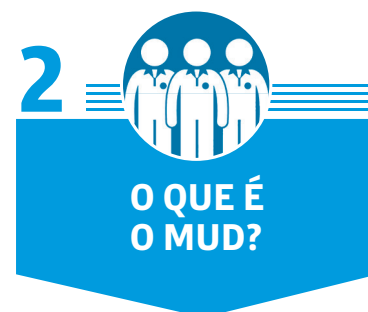
A população da capital Caracas iniciou uma série de protestos que se transformou em rebelião que durou nove dias e ficou conhecida como “Caracazo”. O exército reprimiu violentamente, e Caracas transformou-se numa praça de guerra. Até hoje, não se sabe o número de mortos, e o exército saiu profundamente dividido em função da repressão.

A instabilidade política tomou conta do país, e os partidos tradicionais não conseguiam governar. Em 1992, o então tenente Hugo Chávez, líder do Movimento Bolivariano Revolucionário – 200 (MBR-200), uma facção de militares, tentou dar um

golpe de Estado.

Chávez foi preso, mas conseguiu muita popularidade por ter agido contra um governo odiado pelo povo que identifica as intenções dos golpistas com seus próprios interesses, embora fossem bem diferentes. O MBR-200 havia, inclusive, participado da repressão ao Caracazo. Em 1998, já solto, Chávez foi eleito presidente. Iniciou-se o que é conhecido por chavismo.

Chávez dizia que construiria o Socialismo do Século 21, mas as bases capitalistas do país foram mantidas, e uma nova elite burguesa se formou, chamada de boliburguesia. A boliburguesia passou a abocanhar a maior parte dos lucros vindos da exploração dos trabalhadores. A renda do petróleo permitiu, também, algumas concessões à população, como o programa Misiones, parecido com o Bolsa Família daqui.



O MUD, Mesa da Unidade Democrática, surgiu em 2008 como uma coligação de partidos de direita que se opunha ao chavismo. É composto por partidos que se desintegraram após o Caracazo, como a Ação Democrática e o COPEI, e mais dezenas de novos partidos que surgiram desde então.

O MUD tem um programa econômico capitalista de defesa da exploração dos trabalhadores. Sua grande insatisfação com o governo é que se viu afastado dos privilégios oferecidos à boliburguesia, como a posse da receita da exportação do petróleo.

Querem voltar a governar com a antecipação das eleições

presidenciais, mas não querem derrubar o governo pela força das mobilizações. Ao contrário, usam-nas para pressionar o governo a negociar e, assim, garantir uma sucessão controlada em acordo com o imperialismo norte-americano.



A Venezuela sob o chavismo manteve e aprofundou o modelo de exportação de petróleo como principal fonte de recursos do país, que representa 96% da receita de exportações. Em 1998, representava 64%. Além disso, o país foi desindustrializado. Em 1998, o setor industrial (menos o setor de petróleo) representava 18%

do PIB do país, mas, em 2012, era de 14%.

O governo de Chávez foi favorecido pelo aumento constante do preço do petróleo. Em 1999, quando assumiu, era de US\$ 10. A partir de 2008, porém, passou dos US\$ 100. Durante todos esses anos, o Socialismo do Século 21 e sua boliburguesia foram movidos pela receita de exportação enquanto a população recebia as migalhas distribuídas pelas Misiones. Mesmo os capitalistas do MUD contentavam-se com sua parte. Contudo, o preço do barril de petróleo caiu pela metade em 2015. A redução da receita foi brutal, e a guerra entre as duas facções de capitalistas começou.

Com a queda do preço do petróleo, os alimentos começaram a sumir das prateleiras, e os preços começaram a aumentar sem parar. A inflação está em 2.000% ao ano, e o salário mínimo baixou de US\$ 400, em 2012, para US\$ 30 atualmente, insuficiente para comprar uma cesta básica.

A atual crise é resultado da política do chavismo que privilegiou os novos ricos da sociedade venezuelana, a boliburguesia e a burocracia estatal, enquanto os trabalhadores e o povo pobre foram obrigados a se contentar com uma parcela mínima da renda do Estado.

Embora a crise apareça como uma disputa entre Maduro e MUD, existe uma guerra social instalada no país entre um governo autoritário e os capitalistas, sejam os da situação, sejam os da oposição, contra os trabalhadores.

4 A VENEZUELA É UM PAÍS INDEPENDENTE?

A Venezuela é o terceiro maior fornecedor de petróleo para os EUA, que é seu principal parceiro comercial. Exportou 270 milhões de barris em 2017, ou US\$ 11 bilhões. Esse número já superou 500 milhões de barris por ano, ou cerca de US\$ 50 bilhões.

Tanto dinheiro não serviu para trazer independência ao país. Não foi construído um parque industrial que livrasse

a Venezuela da importação de produtos básicos, e as multinacionais não foram estatizadas. O dinheiro foi usado para pagar US\$ 60 bilhões da dívida externa nos últimos anos e oferecer títulos (semelhantes a notas promissórias) com juros de 70% ao ano aos especuladores financeiros.

Além disso, o chavismo não rompeu com nenhuma das instituições que controlam o mundo, como a ONU, o FMI e o Banco Mundial, e mantém todos os acordos políticos e comerciais com os países imperialistas. Apesar de seus discursos contra os EUA, a nova Constituição de 1999 manteve a presença das multinacionais de petróleo no país, a quem concedeu a posse de 50% das reservas através da associação com a PDVSA, a petroleira estatal da Venezuela.

O que vemos, portanto, é um país completamente dependente e submetido à economia mundial controlada pelo imperialismo, à semelhança de todos os outros países da América Latina.

5 HÁ UM GOLPE CONTRA MADURO?

O MUD quer governar o país para se apossar da renda do petróleo, e os EUA querem mudar o presidente para estabilizar a Venezuela e manter os lucros de suas empresas. Nenhum dos dois quer dar um golpe, mas sim pressionar Maduro para antecipar as eleições presidenciais.

Para isso, o MUD já recolheu assinaturas para convocar um plebiscito, previsto na Constituição do país, para antecipar as eleições. Depois, passou a convocar protestos e, ultimamente, greves gerais, que são, na verdade, greves patronais com pouca adesão dos trabalhadores.

As Forças Armadas estão completamente ao lado de Maduro, pois seus generais são, hoje, donos de muitos negócios. Um dos homens mais ricos do país, Diosdado Cabello, que já foi vice-presidente do país, é um militar.

Na verdade, o que ocorre é



O repúdio ao governo é generalizado. A manobra de convocar uma Assembleia Constituinte serviu apenas para exacerbar o repúdio.

uma repressão bárbara do governo contra a população. Os protestos estão proibidos, e já há mais de 100 mortos e 500 presos políticos. Foi decretado estado de sítio, as eleições para governadores foram suspensas, tribunais militares julgam civis presos nos protestos, o Congresso Nacional foi fechado, prefeitos foram destituídos e até eleições sindicais foram suspensas.

Agora, para escrever uma nova Constituição e tentar se perpetuar no poder, Maduro convocou eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte. As eleições foram realizadas, mas até candidatos do Grande Polo Democrático, defensores do governo, denunciavam o resultado e exigem uma auditoria. A razão é que apenas candidatos ligados diretamente à cúpula do PSUV, o partido chavista, foram eleitos.

Por isso, o maior perigo pelo qual as massas venezuelanas passam não é um golpe do MUD, mas a política antidemocrática do próprio governo.

6 POR QUE O PT APOIA O GOVERNO DE MADURO?

Apesar de todas as evidências de um governo antidemocrático que massacra os trabalhadores, o PT continua defen-

dendo Maduro. Seus dirigentes comparam Dilma a Maduro, e Temer ao MUD e dizem que, como aqui, está sendo dado um golpe contra a democracia.

O motivo desse apoio, na verdade, é que o PT e o chavismo são governos com interesses semelhantes. Os dois representam setores dos capitalistas que se aproveitam do Estado para conseguir superlucros enquanto beneficiam os governantes com propinas da corrupção. No Brasil, são as empreiteiras, os bancos e o agronegócio. Na Venezuela, a boliburguesia.

Da mesma forma, os setores que ficaram de fora da divisão do bolo passaram a disputar o poder para retomar seu pedaço e, se possível, todo o bolo. Aqui, PSDB, PMDB, DEM etc. Lá, o MUD. Esses setores se aproveitaram do descrédito desses governos e forçam uma transição controlada eleitoral para não atrapalhar seus negócios.

7 COMO OS REVOLUCIONÁRIOS DEVEM AGIR?

Os revolucionários devem explicar aos trabalhadores que eles devem procurar seu próprio caminho sem depositar nenhuma confiança em Maduro nem no MUD. Não devem apoiar este ou aquele se-

tor capitalista, mas construir uma alternativa política independente.

Isso significa não apoiar as greves gerais convocadas pelo MUD, mas também não apoiar a Constituinte de Maduro. Significa exigir o retorno de todas as liberdades democráticas suprimidas pelo governo, mas não confiar, em nenhum segundo, que as eleições e uma vitória do MUD possam resolver a situação de penúria dos trabalhadores.

Nossa primeira tarefa é derubar o governo de Maduro com a luta dos trabalhadores organizados em seus sindicatos, associações e movimentos de forma independente dos capitalistas. É lutar pela independência nacional, exigindo o não pagamento da dívida externa e a expropriação, sem indenização, das multinacionais instaladas no país.

O capitalismo já mostrou que não é capaz de resolver os problemas mais imediatos da população, seja sob um governo tradicional, como foi o de Carlos Andrés Pérez, seja sob um governo populista como os de Chávez e Maduro. Para resolver esses problemas imediatos, é preciso resolver o problema de fundo, que é a existência do próprio capitalismo.

Os revolucionários devem, sob qualquer situação, defender a única saída de fato para os trabalhadores e o povo pobre: a construção de um partido revolucionário e a revolução socialista.

100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

O fim da via pacífica para



JEFFERSON CHOMA
DA REDAÇÃO

Após a derrota das Jornadas de Julho (ver edição 549), uma grande campanha de calúnias foi lançada contra os bolcheviques e suas lideranças. Jornais da burguesia, intelectuais e, naturalmente, chefes do governo

provisório orquestraram uma campanha em que diziam que os bolcheviques estariam a serviço do Império Alemão – inimigo da Rússia na Primeira Guerra Mundial – e que Lenin seria um agente da Alemanha que teria por objetivo preparar a derrota russa.

Líderes bolcheviques, como Kamenev e Zinoviev, foram

presos. Leon Trotsky, que até aquele momento ainda não era membro do Partido Bolchevique, também foi aprisionado. Lenin, sabendo que poderia ser assassinado, caiu na clandestinidade, de onde sairia somente após a tomada do poder.

Os que se conciliavam com a burguesia, mencheviques e socialistas-revolucio-

nários (SRs), não questionaram tais mentiras e prisões. Permaneceram num silêncio que, na prática, tornou-se uma aprovação à campanha de difamação.

Inclusive, deram mais um passo em direção à conciliação com a burguesia quando aprovaram, no Sovieter de Deputados Operários e Soldados de toda

a Rússia, que o governo provisório seria um governo de salvação da revolução. Na opinião deles, a revolução estaria em perigo devido à ação dos bolcheviques e dos alemães. Como se não bastasse, concederam ao governo poderes ilimitados. Perplexos, os bolcheviques votaram contra essas resoluções.

CONGRESSO BOLCHEVIQUE

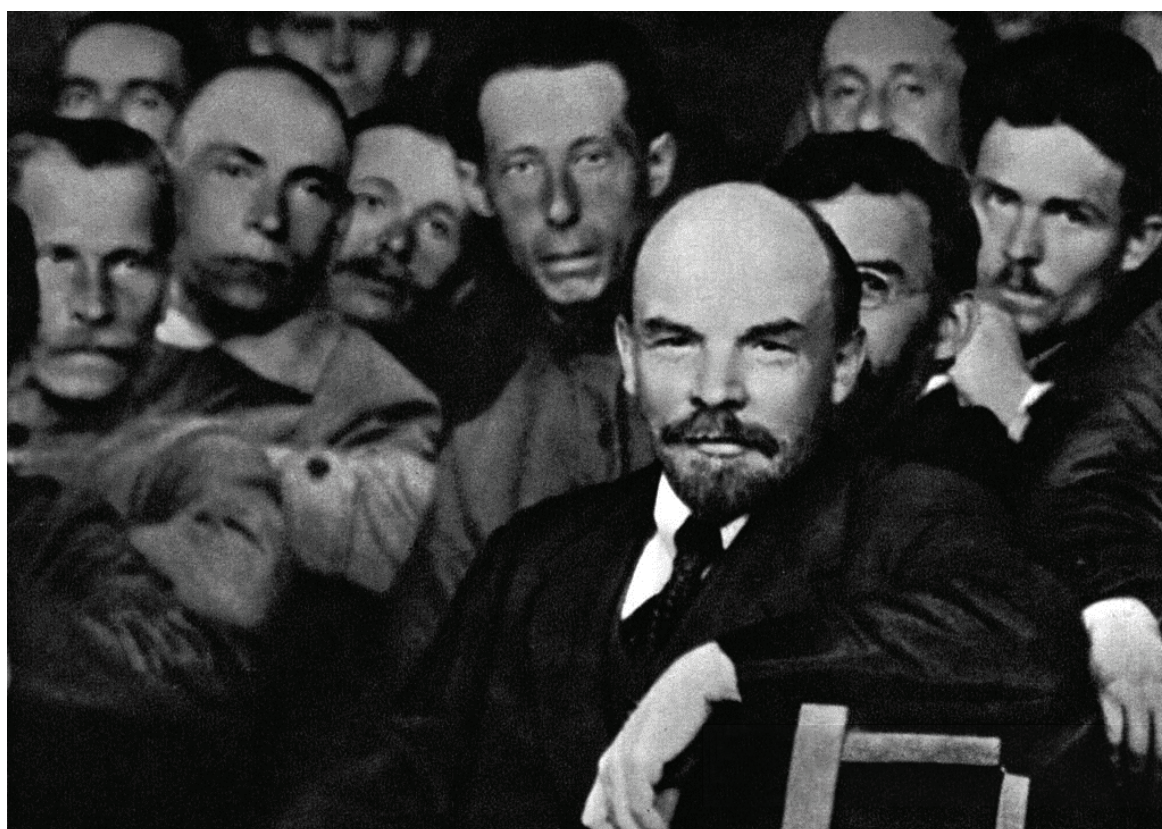
A preparação para a futura insurreição

Em meio a essa conjuntura difícil, entre os dias 26 de julho e 3 de agosto, reuniu-se o VI Congresso do Partido Bolchevique. Os bolcheviques já eram uma força política com 200 mil militantes distribuídos em 162 organismos partidários.

Há dois acontecimentos históricos que marcaram esse congresso. O primeiro é que o partido definiu a estratégia da insurreição. O segundo foi a entrada do grupo de Trotsky (a Interdistrital) no partido (leia ao lado). Assim, se conformaria a organização que dirigiria a tomada do poder.

Até a derrota das Jornadas de Julho, havia certa ilusão de que a revolução poderia avançar de forma pacífica com alguma transformação política que permitisse a entrega do poder aos sovieteres conforme exigiam os bolcheviques em sua principal palavra de ordem. Contudo, a derrota das Jornadas de Julho, a repressão aos bolcheviques e o explícito compromisso dos mencheviques e SRs com a contrarrevolução – a burguesia e o seu governo – exigiam uma nova definição estratégica.

Afinal, como exigir “Todo poder aos Sovieteres” quando eles estão sob a direção desses partidos conciliadores que não querem que os sovieteres tomem o poder? Essa é a reflexão feita por Lenin no artigo “A situação Política”, escrito em 10 de julho de 1917. Ele explica que os mencheviques e SRs “traíram definitivamente a causa da revolução ao colocá-la nas mãos dos contrarrevolucionários (...). Todas as esperanças



Lenin durante o X Congresso do Partido Bolchevique.

de um desenvolvimento pacífico da revolução russa foi desvanecida para sempre. A situação objetiva agora é esta: ou a vitória completa da ditadura militar ou o triunfo da insurreição armada dos operários”.

Para Lenin, a palavra de ordem “Todo poder aos Sovieteres” expressava o desenvolvimento pacífico da revolução que era possível até a derrota de 4 de julho. Para ele: “cada palavra de ordem deve emanar sempre do conjunto das peculiaridades de uma determinada situação política. E hoje, depois de 4 de julho, a situação política da Rússia é radicalmente distinta da que imperou desde 27 de fevereiro até esta data”.

No artigo “A propósito das Palavras de ordem”, Lenin desenvolve com nitidez seu raciocínio: “Durante o período já concluído da revolução [até julho], predominava a chamada ‘dualidade de poderes’ (...) durante esse período, o poder se mantinha em estado de desequilíbrio. Era compartilhado por um acordo voluntário pelo governo provisório e pelos sovieteres. As armas estavam nas mãos do povo (...) tal era o fundo da questão. A palavra de ordem de “Todo poder aos Sovieteres” significava a passagem imediata e realizável diretamente pela via pacífica. Era a via de desenvolvimento pacífico da revolução que, de 27 de fevereiro até 4 de julho, foi possível e, como é

natural, a mais desejável de todas, mas hoje é absolutamente impossível. (...) E ao dizer pacífico não nos referimos somente a que ninguém, nenhuma classe, nenhuma força importante, poderia (de 27 de fevereiro até 4 de julho) opor-se e impedir a passagem do poder aos sovieteres. Mas isso não é tudo. O desenvolvimento pacífico poderia realizar-se também no sentido da luta de classes e dos partidos dentro dos sovieteres se esses houvessem assumido oportunamente o poder do Estado (...)”

A virada de 4 de julho consistiu precisamente em que, a partir desse momento, houve uma mudança brusca na situação objetiva. O equilíbrio instável do poder

cessou; o poder passou para as mãos da contrarrevolução. Manter agora a palavra de ordem [“Todo poder aos Sovieteres”] equivale, objetivamente, a enganar o povo (...) O problema fundamental da revolução é o problema do poder. A isso, devemos agregar: precisamente, as revoluções nos mostram a cada passo como se revela a questão de saber onde está o verdadeiro poder formal e efetivo.”

Lenin ainda concluiria afirmando que “a verdade: temos de dizer que o poder está nas mãos de uma camarilha de militares”.

O que Lenin destaca é que os bolcheviques deveriam se preparar para uma insurreição no futuro. Mas ela se daria sob qual palavra de ordem? Os sovieteres dirigiriam essa luta? O objetivo dos bolcheviques era que o poder fosse tomado pelos operários e camponeses pobres. Porém, em meio aos acontecimentos daqueles dias, ainda não era possível identificar se os sovieteres ou outros organismos de luta da classe operária serviriam para obtê-lo. Esse problema não poderia ser resolvido pelo partido, mas sim pela classe operária. Cabia aos bolcheviques esperar que as massas operárias revolucionárias mostrassem qual seria o seu órgão de poder.

Enquanto isso, a camarilha de militares, que efetivamente detinha o poder, se preparava para esmagar a revolução e varrer os sovieteres da face da terra. A contrarrevolução levantaria a sua cabeça no final de agosto, com o General Kornilov, comandante-chefe do exército russo. É o que veremos no próximo artigo.

a revolução



É BOLCHE

Trotsky entra no Partido de Lenin



Lenin e Trotski



Leon Trotski, discursando para soldados do Exército Vermelho.

Entre os dias 26 de julho e 3 de agosto de 1917, a Organização Interdistrital dos Sociais-Democratas Unidos de Petersburgo, dirigida por Leon Trotsky, entrou no Partido Bolchevique. Essa corrente política, que possuía entre três e quatro mil militantes, se destacaria durante a revolução.

A fusão com os bolcheviques foi o resultado natural da aproximação das duas organizações desde a queda do czar. Particularmente, da aproximação das duas maiores lideranças dessas organizações: Lenin e Trotsky.

Por muitos anos, os dois revolucionários estiveram em organizações separadas. Muitas vezes tiveram duras polêmicas entre si. Vejamos algumas das razões para essa separação.

Desde 1905, Trotsky defendia a tese de que só proletariado russo poderia assumir o papel dirigente numa futura revolução. A burguesia do país, sustentava Trotsky, era extremamente covarde e já possuía vínculos de dependência com o imperialismo europeu. Para ele, essa revolução assumiria tarefas imediatamente socialistas, ou seja, não resultaria numa democracia parlamentar como defendiam os mencheviques. Já Lenin, de antes de 1917, sugeria que a revolução russa seria dirigida, mesmo que temporariamente, por um governo operário e camponês nos marcos de uma República.

Para Lenin, porém, o proletariado precisava de um partido revolucionário, fundado no centralismo democrático, que não assumisse nenhum compromisso com a burguesia. Esse era o Partido Bolchevique.

Trotsky, desde a ruptura entre mencheviques e bolcheviques, em 1903, batalhou pela unidade entre essas duas orga-

nizações, ou seja, entre revolucionários e reformistas. Também se opunha ao centralismo democrático dos bolcheviques dizendo que a organização preconizada por Lenin levaria “a organização do partido a deixar-se substituir pelo Comitê Central e, finalmente, o ditador a substituir o Comitê Central”.

Não se pode improvisar uma direção revolucionária do proletariado no curso da revolução.

A revolução de 1917 marcou a aproximação política entre Lenin e Trotsky. O primeiro compreendeu que o proletariado deveria liderar a revolução e que assumiria tarefas imediatamente socialistas. O segundo entendeu que a vitória da revolução não estaria escrita nas estrelas. O Trotsky de antes de 1917 pensava que a política correta poderia ser ditada em pleno curso dos acontecimentos de uma revolução. Mas, ao encarar a revolução e a conciliação de mencheviques e SRs com a burguesia, percebeu que sem um partido revolucionário como o bolchevique não seria possível que o proletariado tomasse o poder.

Não se pode improvisar uma direção revolucionária do proletariado no curso da revolução. É preciso herdar, no período anterior, sólidos quadros revolucionários. Na verdade, a divergência real que separou Lenin e Trotsky foram as relações com o menchevismo. “Depois de Trotsky ter se convencido da impossibilidade de uma aliança com os mencheviques, não existe melhor bolchevique do que ele”, disse Lenin numa reunião da direção dos bolcheviques em novembro de 1917.

LUTO

Para sempre Ébano

Bamba que desceu o morro, Luiz Melodia soube casar sua genialidade com toda negritude herdada sem nunca perder as raízes

ROMERITO PONTES
DA REDAÇÃO

A música brasileira teve mais uma perda irreparável. No dia 4 de agosto, o cantor, compositor e músico Luiz Melodia morreu no Rio de Janeiro. Melodia faleceu em decorrência de complicações de um câncer na medula óssea. O cantor tinha 66 anos e estava internado no hospital Quintal D'Or.

Luiz Carlos dos Santos nasceu em 7 de janeiro de 1951, na cidade do Rio de Janeiro. Cresceu no Morro de São Carlos, no bairro do Estácio, um dos berços do samba nacional. Samba, aliás, que desde cedo acompa-

nhou de perto. Luiz era filho do sambista Oswaldo Melodia, de quem herdou o nome artístico. Afeito à música desde pequeno, durante sua infância e adolescência acompanhava as rodas de samba e boemia da região. Além do samba, Melodia também passou pelo bolero e pelo rock'n'roll, que começava a estourar na década de 1950. Também era fã da música nordestina de Luiz Gonzaga.

Durante muito tempo, Luiz Melodia não teve apoio de seu pai para a carreira artística. Ele queria ver seu filho formado e diplomado "doutor". Com o tempo, mudou de opinião. Quando o pai fale-

ceu, Luiz Melodia afirmou que junto com ele perdia um de seus maiores fãs.

INÍCIO DO SUCESSO

Nessas idas e vindas na boemia carioca, acabou conhecendo o poeta Wally Salomão e o jornalista e também poeta Torquato Neto, grande entusiasta da contracultura e, em especial, do movimento tropicalista.

Através deles, conheceu Gal Costa, que já fazia sucesso na época. Gal logo se identificou com suas composições e, em 1971, gravou "Pérola Negra". A música tornou-se um sucesso de seu álbum *Fa-tal - Gal a todo vapor*. No ano seguinte, Maria Bethânia gravou "Estácio, Holy Estácio" em seu álbum *Drama*. Estavam abertas as portas para que Luiz Melodia gravasse seu primeiro álbum, que veio em 1973: *Pérola Negra*.

PRIMEIRO ÁLBUM

Pérola Negra é, hoje, um dos grandes discos da música brasileira. Além de toda sua vivência no samba, Luiz Melodia pôs em suas faixas também a influência herdada do choro e do forró, mas também do blues, do jazz e do soul. Isso fica claro nas faixas oito, "Farrapo

Humano", e nove, "Objeto H". A terceira faixa do álbum, "Estácio, Holly Estácio", tornou-se uma das mais marcantes do cantor. "Se alguém quer matar-me de amor/ Que me mate no Estácio/ Bem no compasso, bem junto ao passo/ Do passista da escola de samba/ Do Largo do Estácio", uma verdadeira declaração de amor à primeira escola de samba do Brasil.

Com esse trabalho, Luiz Melodia apresentava o samba da Estácio à guitarra elétrica, aproximando-se do movimento tropicalista.

NEGRITUDE

Em 1975, gravou seu primeiro sucesso autoral: "Ébano", música com a qual chegou à final do Festival Abertura, exibido pela TV Globo. "Meu nome é Ébano", cantava Luiz em referência à negritude. Não só a sua, mas à de muitos. Desde sempre, Melodia cantou a negritude do nosso povo. Ébano é uma madeira africana escura e muito resistente que durante muito tempo foi usada na fabricação de instrumentos musicais como clarinetes, oboés e as teclas pretas do piano.

Gravou, em 1976, o álbum *Maravilhas Contemporâneas*, em que trazia o sucesso "Juventude transviada". "Lavar roupa todo dia, que agonia / Na quebrada da soleira, que

chovia". Em 1978, gravou *Mico de circo*, que começa com uma explosiva homenagem ao samba, com "A Voz do Morro", de Zé Ketí. "Eu sou o samba/ A voz do morro sou eu mesmo sim senhor/ Quero mostrar ao mundo que tenho valor/ Eu sou o rei dos terreiros".

Em 1980, gravou *Nós* e tornou praticamente um símbolo seu a faixa "Negro Gato", de Getúlio Côrtes. "Sete vidas tenho, para viver/ Sete chances tenho, para vencer/ Mas se não comer, acabo num buraco/ Eu sou um negro gato".

Em 1983, *Felino* e outros. Foram, ao todo, 14 álbuns, marcados por excelente qualidade musical e inesquecíveis interpretações de nomes consagrados como Caçuzza, que teve sua canção "Codinome Beija Flor" imortalizada pela versão Black Gospel de Luís Melodia. "Que só eu que podia/ Dentro da tua orelha fria/ Dizer segredos de liquidificador".

Seu último álbum foi *Zerima*, de 2014. Melodia recebeu o Prêmio da Música Popular Brasileira, em 2015, por esse disco.

Bamba que desceu o morro e dono de uma voz aconchegante, Luiz Melodia transitou pelo samba, choro, forró, soul, blues e jazz de maneira única. Habilidade que só possuem os muito íntimos da música. Soube casar sua genialidade com toda negritude herdada, sem nunca perder as raízes.



FOTO: Daryan Dornelles



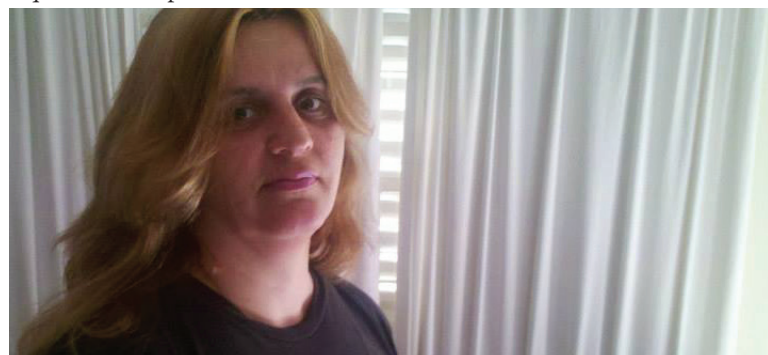
Luiz Melodia e alguns de seus álbuns: *Pérola Negra* (1973), *Maravilhas Contemporâneas* (1976) e *Nós* (1980)

TRANSPORTE

Prefeito de Porto Alegre quer acabar com a função de cobrador de ônibus



Piquete na empresa Carris.



Ida Cristina, rodoviária em Porto Alegre.

ALINE COSTA
DE PORTO ALEGRE (RS)

“**C**obradores terão de buscar outra atividade”. A afirmação saiu da boca do prefeito Nelson Marchezan Júnior (PSDB) em entrevista a uma rádio de Porto Alegre (RS), questionado sobre o projeto enviado à Câmara de Vereadores que prevê o fim da função de cobrador.

Como se não bastasse o nível de estresse em que vivem os motoristas e cobradores, expostos a todo tipo de insegurança e doenças psicológicas, agora também estão ameaçados pelo desemprego. O que Marchezan chama de modernização da profissão vai tirar de circulação cerca de 3.700 trabalhadores.

A máfia dos transportes age igual em todo o país. Exigimos a abertura dos caixas do transporte público para que tenhamos conhecimento das receitas das empresas. Em Porto Alegre, queremos saber para onde está indo o pagamento dos mais de 250 mil passageiros que só a Companhia Carris transporta, diariamente, sem gratuidade. A política de Marchezan tem sido a de sucateamento para entregar essa empresa pública ao setor privado. Ao mesmo tempo, visa aca-

bar com a estabilidade e a atuação de representantes dos trabalhadores (Cipa, Comissão de Funcionários e delegados sindicais).

O Opinião Socialista entrevistou Ida Cristina, 47 anos, rodoviária da Carris há sete. Ela ganha R\$ 1.600 por mês, tem dois filhos adolescentes e mora numa casa alugada. Sua única fonte de renda é o emprego como cobradora. Ela relatou a situação cada vez mais degradante que os rodoviários de Porto Alegre têm vivido. “Vai desempregar um monte de pais e mães de família que tiram o sustento dali. (...) Não estamos só expostos aos assaltos. A sociedade põe a culpa em nós porque o ar condicionado está quebrado, porque a campanha não funciona, porque o banco está solto e qualquer outro problema relacionado ao carro”, contou. “Ele [o prefeito] quer colocar a sociedade contra nós para poder privatizar a Carris”, disse.

**LEIA A MATÉRIA
COMPLETA**



<https://goo.gl/WVBxJA>

MUNDO BIZARRO

Extrema direita financia barco contra resgate de refugiados



C-Star, o barco financiado pela extrema direita para conter refugiados. A faixa diz “Vocês não vão fazer da Europa um lar”.

Um grupo da extrema direita europeia resolveu fretar uma embarcação para combater a chegada de refugiados ao continente Europeu. O projeto recebeu o nome de Defenda a Europa (*Defend Europe*) e é composto por pessoas de vários países.

A ideia surgiu a partir de integrantes da chamada Geração Identitária - a nova direita européia. Embora insistam em dizer que não são xenófobos (que tem ódio por estrangeiros), culpam os imigrantes por boa parte dos problemas que hoje a Europa enfrenta.

Através de um financiamento coletivo na internet, o

grupo já arrecadou mais de 160 mil euros (pouco mais de R\$580 mil). E foi com esse dinheiro que fretaram o barco batizado de C-Star (na foto).

Segundo os próprios organizadores, o projeto tem por missão desmascarar as ONGs que ajudam os refugiados. Segundo eles, as ONGs estariam facilitando e indenizando a entrada massiva de migrantes indistintamente, e não apenas de “refugiados” - seja lá o que eles entendem por isso.

Para isso eles prometeram não só impedir os resgates, como destruir embarcações abandonadas (impedindo-as de serem reutilizadas) e le-

var migrantes resgatados aos seus países de origem. “Não somos especialistas em socorro e não pretendemos fazê-lo. Porém, se tivermos que fazer, e essa é a última hipótese, os devolveremos à Líbia”, afirmou Lorenzo Fiato, o italiano pota-voz do projeto.

Em sua conta na rede social Tweeter, o projeto faz referências diretas à propaganda nazista (que se dizia defender a Europa) e outros figuras como Donald Trump. O grupo também faz elogios a Austrália e sua política para migrantes ilegais: não aceitar nenhum. “No way” (De maneira nenhuma), é o mote do governo australiano.

RAFAEL BRAGA

A justiça não é cega. É racista

No último dia 8, a 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) negou o pedido de Habeas Corpus impetrado pela defesa de Rafael Braga, mantendo-o preso. Rafael foi preso em abril deste ano por suposto envolvimento com tráfico de drogas na posse de 0,6g de maconha, 9,3g de cocaína e um rojão, sendo condenado a 11 anos e três meses de prisão em sentença judicial, unicamente com base na palavra dos policiais.

A liberdade para Rafael Braga é uma exigência de todo mo-

vimento negro desde sua primeira condenação, quando foi preso durante as manifestações de junho de 2013. Na ocasião, Rafael Braga foi detido por portar uma garrafa de desinfetante e outra de água sanitária, sob acusação de que usaria os produtos para a produção de coquetel molotov.

Bem diferente é a situação de Breno Fernando Solon Borges, que foi preso 130 quilos de Maconha, uma pistola nove milímetros e 199 munições de fuzil calibre 7,62, de uso exclusivo das forças ar-

madadas. Mas Breno Borges é filho da presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul, a Desembargadora Tânia Garcia Freitas Borges. Breno estava preso desde 8 de abril, e conseguiu no dia 17 de Julho o direito de aguardar seu julgamento em liberdade, pois a sua defesa conseguiu um laudo médico psiquiátrico no qual Breno é diagnosticado supostamente com “Síndrome de Borderline”, uma doença que consiste no desvio de comportamento do indivíduo.

JAGUNÇADA DE TEMER

Novo ataque aos povos indígenas e quilombolas

Ação Direta de Inconstitucionalidade, movida pelo DEM do picareta Rodrigo Maia, quer acabar com direitos indígenas e quilombolas

JEFERSON CHOMA
DA REDAÇÃO

O futuro de milhões de quilombolas e indígenas será decidido no Supremo Tribunal Federal (STF) a partir de 16 de agosto. Nessa data, será julgada uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) movida pelo DEM, partido do picareta Rodrigo Maia, que também quer acabar com a aposentadoria. A ação questiona o decreto 4887/2003 que regulamenta a titulação das terras de quilombos.

Todos os títulos de quilombos no país podem ser anulados, e novas titulações não serão possíveis sem o decreto. Mais de 6 mil comunidades ainda aguardam o reconhecimento de seu direito.

Além disso, neste julgamento, a tese jurídica do “marco temporal” pode voltar à discussão na

corte. O chamado marco temporal é uma tese que ameaça os direitos constitucionais dos povos indígenas. Define que só poderiam ser consideradas terras tradicionais aquelas que estivessem em posse dos indígenas na data da promulgação da Constituição. Assim, de acordo com a tese, as comunidades indígenas só têm direito a seus territórios se estivessem em posse deles em 5 de outubro de 1988.

Isso ignora os inúmeros casos em que os indígenas foram expulsos de suas terras pela violência e pela agressão. Não por acaso, o lema da campanha dos povos indígenas contra o marco temporal é “Nossa história não começa em 1988”.

Essa nova interpretação jurídica abre a possibilidade de os fazendeiros invadirem as terras indígenas que estão demarcadas.

Também impede a demarcação de novas terras que são reivindicadas pelos indígenas. O resultado será mais violência contra as populações indígenas.

A tese é defendida com unhas e dentes pelo ministro do STF, Gilmar Mendes, o mesmo que comandou a absolvição da chapa Dilma-Temer na Justiça eleitoral. Gilmar é conhecido por suas íntimas relações com os latifundiários do agronegócio do Mato Grosso, que se beneficiam com os ataques aos direitos indígenas. Sob comando do ministro, a tese do marco temporal foi utilizada pela Segunda Turma do STF para anular a demarcação das Terras Indígenas (TIs) Guayraroque, do povo guarani e kaiowá, e Limão Verde, do povo terena, ambas no Mato Grosso do Sul, o estado com maior número de assassinatos de indígenas do país.

NA LUTA

Moquibom e indígenas vão à luta contra ação



Há uma onda de iniciativas articuladas por políticos rurais em conluio com Temer, o Congresso e a Justiça. Os ataques começam pela total paralisação das demarcações de Terras Indígenas. Nos últimos seis anos, os números de TIs declaradas pelo ministro da Justiça e homologadas pelo presidente da República foram os menores desde o fim da ditadura (veja a tabela).

Os deputados picaretas tentam votar a PEC 215, que transfere para o Congresso o poder de demarcar ou não novas terras indígenas. Para se manter no

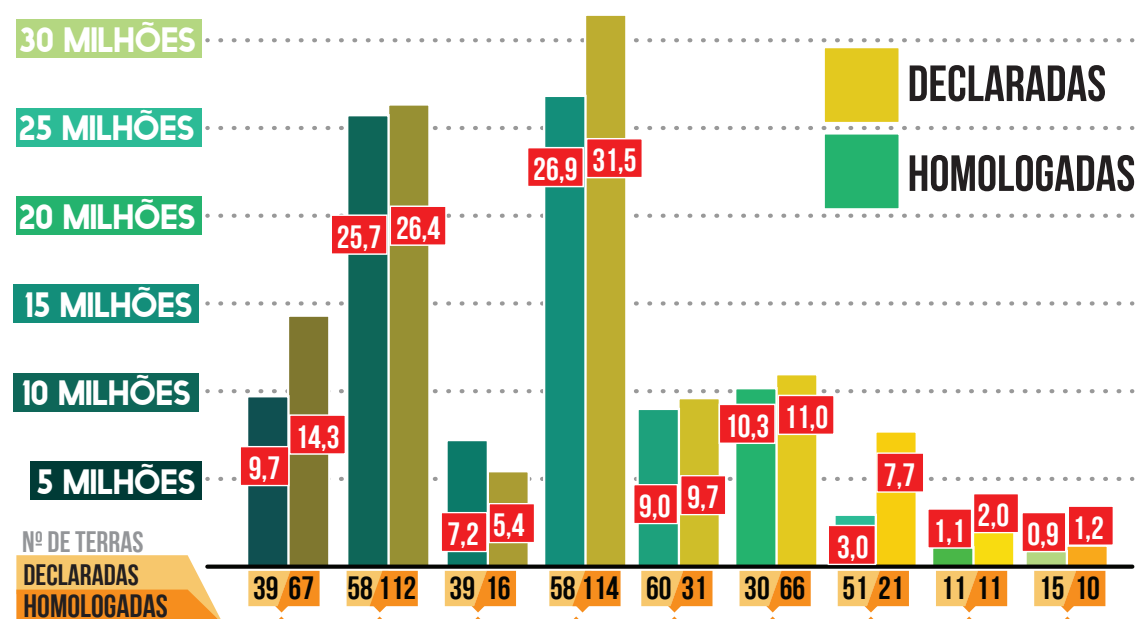
governo, Temer perdoou dívidas, comprometeu-se com medidas contra indígenas e quilombolas e recebeu, em troca, 129 votos da bancada ruralista.

O Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom), que reúne aproximadamente 300 comunidades, está na luta contra Adin ao lado dos povos indígenas do estado, como os game-las. Recentemente o Moquibom, filiado à CSP-Conlutas, e os indígenas realizaram uma série de atividades contra a Adin e a PEC 215 e prometem ir a Brasília no dia 16 de agosto para impedir esse ataque.

INFOGRÁFICO

NÚMERO DE TERRAS DECLARADAS E HOLOGADAS

Em milhões de hectares. FONTE: Comissão Pró-Índio de São Paulo



ESQUECIMENTO

Genocídio indígena é ignorado

A tese do marco temporal desconsidera todas as expulsões e retiradas forçadas sofridas pelos povos indígenas antes e durante a ditadura militar. Ignora o fato de que, até então, os indígenas não tinham sequer sua autonomia reconhecida pelo Estado brasileiro. Antes da Constituição de 1988, os indígenas eram tutelados, o que significava, entre outras coisas, que dependiam da ação do Estado para exigir seus direitos perante a Justiça.

O problema é que, até os anos 1980, muitas comunidades tinham sua identidade simplesmente negada pelo

Estado. Na ditadura, muitas foram expulsas e quase aniquiladas, como é caso dos waimiri-atroari, mundurucus, kreen-akarore, caiapós e muitos outros. Por isso, não haveria possibilidade de se comprovar a sua posse nas áreas em conflito.

Uma pesquisa encomendada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) estima que ao menos 8.350 índios foram mortos entre 1946 e 1988. Na ditadura, havia até um campo de concentração para indígenas considerados infratores. O Reformatório Krenak ficava em Resplendor (MG).